

Esclarecimento, Emancipação e Educação: notas sobre o papel do professor na contemporaneidade¹⁷⁶

Álex Deiwison Fiel de Andrade Candido¹⁷⁷

Resumo: O debate concernente à proposta de lei intitulada de ‘Escola sem Partido’ suscita questões relativas ao papel do professor e da educação no processo de formação dos alunos. Tais questões são tópicos de extrema importância na filosofia da educação e, portanto, devem ser analisadas com igual seriedade à luz do que foi considerado ao longo da história da filosofia da educação. Para tal, buscaremos no texto “*O que é Esclarecimento?*”, do filósofo Immanuel Kant (1724 – 1804), considerações acerca do papel do esclarecimento como ideal de progresso concordante com a natureza humana, e de como privações desse progresso tenderiam a contrariar essa mesma natureza. Além disso, para entendermos melhor a atualidade do tema, considerando o debate como um tópico sobretudo contemporâneo, nos basearemos nas considerações feitas no texto “*Boa educação na era da mensuração*”, do filósofo Gert Biast (1957), para que possamos refletir sobre qual é a função da educação e os seus efeitos. Por fim, nos atemos a utilizar a coleção de textos do filósofo Theodor W. Adorno (1903 – 1969), intitulada de “*Educação e Emancipação*”, para que possamos vislumbrar os papéis da educação em relação à ideia de progresso civilizatório e a relação disso com pressupostos éticos e morais.

Palavras-chave: Educação; progresso; moral.

Abstract: The debate concerning the proposed law entitled ‘Escola sem Partido’ raises questions about the role of teachers and education in the process of student training. Such questions are extremely important topics in the philosophy of education and therefore the light of what has been considered throughout the history of the philosophy of education must be analyzed with equal seriousness. For this, we will look for in the text ‘*O que é Esclarecimento?*’ by the philosopher Immanuel Kant (1724-1804), considerations about the role of *Aufklärung* as an ideal of progress consistent with human nature and how deprivations of this progress would tend to counteract that nature. Moreover, in order to better understand

176 O presente texto é fruto de um trabalho utilizado como requisito integral para a disciplina de Filosofia da Educação, ministrada pelo professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

177 Graduando do curso de licenciatura em filosofia pela UFS (Universidade Federal de Sergipe). E-mail: alexwarmane@gmail.com

the relevance of the topic, considering the debate as a topic that is mainly contemporary, we will base ourselves on the considerations made in the text “*Boa educação na era da mensuração*”, by the philosopher Gert Biast (1957), reflecting about the function of education and its effects. Finally, we use the collection of texts by the philosopher Theodor W. Adorno (1903-1969), entitled “*Educação e Emancipação*” so that we can glimpse the roles of education in relation to the idea of civilizing progress and the relation thereof with ethical and moral assumptions.

Key-words: Education; Progress; Moral.

Introdução

Não é difícil notar a frequência com que se debate acerca de qual é o papel do professor em sala de aula sem se quer mencionar esse ponto. Isso ocorre porque - mesmo sendo possível que muitas pessoas que frequentemente participam de calorosas discussões não se deem conta - esse tópico é pressuposto quando se fala como a educação deveria se dar e se o que ocorre é algo contrário ao que deveria ocorrer. O debate sobre os limites que contornam aquilo que é permitido ao professor e ao que é seu dever fazê-lo aparece ainda mais nitidamente quando se fala na proposta de lei intitulada de ‘Escola sem partido’, cujo nome já deixa claro o seu estabelecimento enquanto privação de algo à instituição de ensino, algo intitulado de ‘partido’. Contudo, obviamente, a partir do título não é senão impossível, mas certamente ingênuo, tentar inferir com certeza quais são as considerações e sentenças concernentes à proposta em questão e é mais ingênuo ainda fazer suas próprias considerações sem levar em consideração o debate sobre o papel do professor e os limites da educação e, se possível, o que é passível de e o que deveria ser ensinado. Por esse motivo, considerando tais temas como caros à filosofia da educação, devemos buscar na literatura as bases para que possamos nos inteirar do debate de maneira adequada e fazer as devidas reflexões sobre o tema, objetivando compreender as implicações de se considerar uma proposta como a da Escola sem Partido, que chamaremos de ESP para simplificar.

O papel do professor e a ascensão ao esclarecimento

Um dos autores que se preocupou com o tema do papel do indivíduo e de sua liberdade de expressão enquanto membro de um corpo institucional com bases sólidas de propagação de ideias, considerando, além disso, o tópico da importância dessa liberdade como meio de possibilidade de progresso, em uma era tida como de esclarecimento, foi Immanuel Kant (1724 – 1804). No texto “*O que é Esclarecimento?*”, Kant analisa os limites e os meios pelos quais os indivíduos podem, mesmo sendo membros de uma instituição que dite os papéis que estes devem desempenhar, ter a liberdade necessária para analisar e desenvolver suas próprias ideias, mesmo sendo tais ideias contrárias às bases da instituição ao qual o indivíduo pertence, como pode ser observado na seguinte passagem:

“Ouço, agora, porém, excluir de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai-vos! O financista exclama: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote proclama: não raciocineis, mas crede! (Um único senhor no mundo diz: raciocinai, tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes, mas obedecei!). Eis aqui por toda a parte a limitação da liberdade. Que limitação, porém, impede o esclarecimento [*<Aufklärung>*]? Qual não o impede, e até mesmo favorece? Respondo: o uso público de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento [*<Aufklärung>*] entre os homens. O uso privado da razão pode, porém, muitas vezes, ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento [*<Aufklärung>*].” (KANT, 2009, p. 2)

Mesmo havendo limitações em relação aos papéis que se deve desempenhar, como é mostrado por Kant, nada pode impedir que façamos uso da razão. Assim, pode-se fazer duas espécies de uso da razão, uma de cunho público e outra de cunho privado. O uso público deve ser feito à luz de um meio de divulgações de ideias que é chamado pelo filósofo de *mundo letrado*, sendo aquele que faz tal uso público identificado como sábio. Mas o que seria tal mundo letrado? Parece claro identificarmos tal termo com aquilo que chamamos de academia ou instituição de ensino superior, o que já pressupõe que em tal espaço nós temos a liberdade mencionada por Kant para fazermos uso público de nossa razão, fazendo considerações acerca de nossas próprias ideias. Contudo, é possível determinar ao espaço escolar a mesma liberdade que atribuímos às universidades e, se não o for, quais os limites que devemos traçar? Isso parece uma questão de demasiada importância, já que a escola, apesar de ser um prelúdio do mundo letrado, é também uma instituição que dita quais papéis o professor deve

desempenhar, o que dificulta a compreensão de como se deve dar o uso da razão nesse espaço. Todavia, uma coisa deve ser levada em consideração: se restringirmos o predicado de ‘mundo letrado’ apenas às instituições de ensino superior, a academia estaria “insulada”¹⁷⁸ em relação ao restante da sociedade e não faria qualquer sentido ter um meio de propagação das ideias acadêmicas e científicas que esteja presente nas comunidades, ou seja, se a escola não servir como um prelúdio ou meio de expansão do debate acadêmico com o objetivo de formar indivíduos, não faz sentido qualquer uma das coisas pelas quais a escola existe. Assim, deve ser possível identificar a escola como um mundo letrado, considerando tal espaço como de fundamental importância para o uso público da razão em prol do ideal de progresso e saída da menoridade intelectual¹⁷⁹ e de ascensão ao esclarecimento.

Ao se considerar a escola como um espaço que se deve usar publicamente a razão, devemos também nos questionar, então, qual é o papel ditado como sendo obrigação do professor nessa instituição? A resposta, à luz de Kant, é que o papel do professor é o de retirar o indivíduo da *menoridade intelectual*, o fazer ascender ao *esclarecimento*. Assim, sendo esse o papel que o professor deve desempenhar, fica claro o porquê a aparente contradição em se ter um cargo que identifica o seu espaço institucional, em que se deve fazer uso privado da razão, com o espaço do mundo letrado, em que se deve fazer o uso público, é, na verdade, algo simples de ser compreendido. Sendo o uso público da razão o único que possibilita aos indivíduos a retirada da menoridade, não se deve proibir o professor de exercer o seu papel de sujeito que promove a saída de tal débil condição, o que torna ainda mais claro em que sentido a escola se identifica com o predicado de ‘mundo letrado’. Desse modo, é nítido que o professor, mesmo em seu cargo institucional, deve fazer uso público de sua razão com objetivo de dar aos alunos as condições necessárias e suficientes para que saiam de sua menoridade e progridam à condição de indivíduos imersos no esclarecimento. Mas como exatamente isso se dá? De que modo e a partir de que funções específicas o espaço escolar desenvolve meios para que se cumpra o ideal de progresso? Para responder tais perguntas, devemos analisar quais são as funções desempenhadas pela escola e de que modo ela desempenha o papel de formar cidadãos prontos para a vida em sociedade.

As funções do espaço escolar

178 Aqui é feita referência ao fato de que, se não forem promovidas ações de extensão que propiciem que os conhecimentos científicos da universidade, a universidade se torna uma ilha, exclusiva do restante do mundo e sociedade, o que seria algo extremamente prejudicial se tivermos como objetivo o ideal de progresso.

179 Segundo Kant, a não saída da menoridade é culpa do próprio indivíduo (KANT, 2009, p.1). Contudo, não adentraremos na questão da atribuição da responsabilidade e da consciência do indivíduo de sua própria condição.

À luz do texto *Boa educação na era da mensuração*, do filósofo Gert Biast, podemos citar três funções reais que o sistema educacional desempenha: qualificação, socialização e subjetivação.

A qualificação pode ser definida como aquilo que proporciona conhecimento, habilidade, entendimento, disposições e formas de julgamento que propiciem ao indivíduo a capacidade de *fazer algo*. É de fundamental importância enquanto objetivo do processo educacional¹⁸⁰. Apesar dessa função ser alvo dos constantes debates acerca da preparação para o mercado de trabalho, a qualificação se dá nos diversos âmbitos da vida prática do indivíduo imerso em sociedade. Ou seja, as habilidades e entendimentos adquiridos nas instituições de ensino não servem apenas para formar profissionalmente o sujeito, mas também para prepará-lo para a convivência em sociedade. Nesse sentido, a qualificação permite que o indivíduo adquira adequadamente a instrução política, cultural e social, em sentido geral. Tal ponto, contudo, torna-se mais claro quando traçamos as relações entre a função de qualificação e a de socialização.

A segunda função é a de socialização. Não é difícil perceber que as instituições de ensino desempenham um papel importante em relação à atividade social do indivíduo. Tomemos como exemplo as escolas; estas consistem em espécies de micro sociedades, cada uma funcionando segundo suas próprias normas, contendo sua própria hierarquia, cultura e modo de organização. Imerso nas relações com os outros indivíduos no espaço escolar, o sujeito acaba, nos termos da primeira função, *sendo preparado* para a atividade social, mesmo sem se dar conta de como tais relações desempenham um papel fundamental no seu processo de formação. Tal preparação se dá num certo tipo de *adequação* do sujeito às normas pré-estabelecidas. Além disso, o indivíduo acaba adquirindo, por meio das atividades de cunho cultural da escola, conhecimento acerca das práticas culturais da sociedade em que vive, o que tem implicações morais bastante nítidas. O que deve ser posto em pauta é quais são os limites do controle da função de socialização e dos meios utilizados pelas instituições de ensino para alcançar o objetivo de preparar o indivíduo para a vida política, social e cultural, agindo como um meio que objetiva a formação do sujeito, o que nos faz chegar à terceira função das instituições de ensino: a subjetivação.

180 Biesta também fala que a função de qualificação é um forte argumento a favor do ensino público. Pode-se imaginar que isso se dá pelo fato de ainda ser uma crença comum que a qualificação seja uma formação para o mercado de trabalho e seria uma ferramenta de uma economia do estado.

Ao passo que o processo de socialização possibilita ao indivíduo os meios necessários para se adequar às relações sociais pré-estabelecidas antes dele, o processo de subjetivação “distancia” o indivíduo dessas relações, tornando o indivíduo como alguém em particular e não mais um membro de um agregado apenas, como nos indica Giant:

“A função de subjetivação talvez possa ser mais bem entendida como oposta à função de socialização. Não se trata precisamente da inserção de “recém-chegados” às ordens existentes, mas das formas de ser que sugerem independência dessas ordens; formas de ser em que o indivíduo não é simplesmente um espécime de uma ordem mais abrangente. Se toda educação realmente contribui para a subjetivação é um aspecto discutível. Alguns argumentariam que nem sempre é esse o caso e que a influência real da educação pode ser restringida à qualificação e à socialização. Outros argumentariam que a educação também sempre impacta o indivíduo – e dessa forma também tem sempre um efeito individualizador.” (BIESTA, 2009, p. 819)

O que deve ser objetivado como foco do processo de educação é uma formação qualitativa desse sujeito que, além de preparado, saberá se portar mediante às relações sociais, mas, sobretudo, será um sujeito autônomo, como já dissera Kant e é reforçado por Giant: “Alguns argumentariam que qualquer educação que mereça ser chamada assim deve sempre contribuir para processos de subjetivação que permitam que os que estejam sendo ensinados se tornem mais autônomos e independentes em seus pensamentos e ações.” (BIESTA, 2009, p. 819). Um dos objetivos da educação seria, portanto, inclinar os indivíduos à saída da minoridade e à ascensão ao esclarecimento, nos termos kantianos.

Portanto, o objetivo da educação é promover os meios para que o indivíduo se torne autônomo e tal tarefa não pode ser cumprida se o professor não fizer uso público de sua razão, algo que, se considerarmos a proposta ESP, não será possível. O papel de um professor que faz apenas o uso privado de sua razão é tudo aquilo que é ditado pela instituição, o que não promove aos alunos os instrumentos necessários para desenvolverem seu próprio senso crítico e objeto de pensamento enquanto uso público de sua própria razão. O espaço escolar deve, assim, ser um espaço que possibilite o pensamento autônomo e que forme o sujeito, identificado como aluno, para a vida social. Tal foco em perspectiva objetiva duas coisas (1) o ideal de progresso civilizatório – que é influenciado pela função de socialização – e (2) a formação do sujeito enquanto indivíduo autônomo e, respeitando a autonomia dos outros indivíduos, não deve agredir o papel do *outro* em uma sociedade. Nesse ponto, se faz

interessante observar um ideal de educação que visa a identificação do sujeito com o outro, sendo ambos autônomos, em busca de uma extinção de qualquer espécie de comportamento tomado como sendo uma barbárie.

Educação e barbárie

Como nos aponta o filósofo e sociólogo Theodor W. Adorno, em sua coleção de textos intitulada de *Educação e Emancipação*, o objetivo da educação é que Auschwitz não se repita, considerando os eventos ocorridos no campo de concentração como representação de uma atitude que é essencialmente bárbara e que não necessita de qualquer justificação para se considerar como aquilo pelo qual a educação deve ter seu objeto de existência como meio de repressão, ou seja, o objetivo da educação é o de se chegar à emancipação civilizatória e de evitar ao máximo que se chegue à barbárie, representada por Auschwitz.

O filósofo alemão também fala que tipo de conduta é causa da barbárie e de como essa se reproduz no seio das instituições de ensino:

“[...]Quando o problema da barbárie é colocado com toda sua urgência e agudeza na educação, e justamente em instituições como a sua, que desempenha um papel-chave na estrutura educacional da Alemanha hoje, então me inclinaria a pensar que o simples fato de a questão da barbárie estar no centro da consciência provocaria por si uma mudança. Por outro lado, que existam elementos de barbárie, momentos repressivos e opressivos no conceito de educação e, precisamente, também no conceito da educação pretensamente culta, isto eu sou o último a negar. Acredito que — e isto é Freud puro — justamente esses momentos repressivos da cultura produzem e reproduzem a barbárie nas pessoas submetidas a essa cultura.” (ADORNO, 2003, p. 156)

Na passagem acima, Adorno identifica na repressão e na opressão os meios de reprodução da barbárie do espaço escolar e, ao fazermos o paralelo com Kant, notaremos que a repressão do uso público da razão no espaço escolar constitui um argumento a favor da barbárie e contra o ideal de progresso civilizatório almejado em virtude do esclarecimento. Também fica claro, sendo o objetivo principal da educação o de evitar Auschwitz, os pressupostos morais do processo educacional na formação do sujeito que estabelece relações sociais com o outro.

Conclusão

Uma proposta tal qual a ESP, além de possibilitar meios para que a barbárie se instaure no processo educacional através da repressão e opressão do uso público da razão, sendo este aquilo que possibilita aos homens ascenderem ao esclarecimento e, desse modo, concordarem com a natureza humana e o ideal de progresso civilizatório, é paradoxal, no sentido que tira da educação o seu objeto de existência, que pode ser traduzido nas três funções enumeradas por Giant: qualificação, socialização e subjetivação. Considerando o espaço escolar como um lugar em que alunos e professores estão impossibilitados de exercerem autonomia de pensamento, contrariando a própria noção de mundo letrado, indicada por Kant, se perde a essência da função da educação como instrumento de promoção da autonomia, saída da menoridade e ascensão ao esclarecimento, o que consistiria num meio de repressão do objetivo primordial da escola de ser um inibidor da barbárie, representada por Auschwitz, o que, por sua vez, reproduziria essa mesma barbárie. Assim, a questão não é se pressupostos morais e políticos devem ser aceitos ao se falar do papel da educação; mas se os indicadores de que tais pressupostos levam à doutrinação não são, eles mesmos, objetos de reprodução e refúgio da própria doutrinação e, o que seria pior ainda, da própria barbárie.

Referências

- ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BIESTA, G. Boa educação na era da mensuração. Tradução de Teresa Dias Carneiro. **Educational Assessment, Evaluation and Accountability**, v. 21, n. 1, p. 33 – 46, fev. 2009.
- KANT, I. **Resposta à Pergunta: O que é esclarecimento?** Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Souza Fernandes. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.